

## REPRESENTAÇÕES DE IDENTIDADES DE GÊNERO NOS DISCURSOS DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nilsandra CASTRO<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho visa refletir sobre o modo como são representadas, nos discursos de um grupo de professores de Educação Infantil da rede pública do interior do Estado de São Paulo, as identidades de gênero. Interessa-nos discutir as relações entre identidade de gênero e identidades profissionais; e identidade de gênero e práticas pedagógicas estabelecidas pelos sujeitos pesquisados. A análise aponta para a existência de uma regularidade no discurso dos profissionais pesquisados: esses/as querem ser reconhecidos/as como profissionais de educação, no entanto, essa busca pelo reconhecimento da profissão tem gerado conflitos identitários entre os sujeitos pesquisados.

**Palavras-chave:** Educação infantil; Identidade; Gênero; Estudos Culturais.

**ABSTRACT:** This work aims at thinking on the way gender identities are represented in the discourses of a group of child education teachers of public schools in the state of São Paulo. We are interested in the relations between gender identities and professional identities, as well as gender identities and pedagogical practices established by the subjects. We note a regularity in the discourses: the teachers want to be known as education professionals. However, this search for acknowledgement of the profession has generated identity conflicts in the researched subjects.

**Keywords:** Child education; Identity; Gender; Cultural Studies.

### 1. Introdução

Este breve estudo faz parte de um projeto maior, de mestrado, que tem por objetivo entender como são representadas, nos discursos de um grupo de professores e professoras de Educação Infantil da rede pública do interior do Estado de São Paulo, as identidades de gênero. Mais especificamente, interessa examinar as relações entre *as identidades de gênero e identidades profissionais* e *as identidades de gênero e as práticas pedagógicas* estabelecidas pelos sujeitos de pesquisa.

A pesquisa em questão é de base qualitativa-interpretativista e se insere no campo dos estudos Aplicados da linguagem, que tem como característica a transdisciplinaridade, pois abrange posições e estratégias diferentes em contextos variados, no qual a linguagem é questão central.

Dividimos a geração dos registros em três fases. A primeira fase ocorreu durante um curso de formação (especialização) de professoras de Educação Infantil que aconteceu no

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL-Unicamp), sob orientação da Prof. Dra. Terezinha J. M. Maher. Agradecemos pela bolsa cedida CAPES.

primeiro semestre de 2008, para tanto utilizamos gravações em áudio das aulas, questionários respondidos pelas/os professoras/es; e diversos textos produzidos pelos docentes, inclusive os trabalhos de final de curso, entrevistas e anotações em diário de campo. A segunda fase compreendeu a ida a algumas escolas de educação infantil a fim de entrevistar professoras que participaram do referido curso e que haviam elegido como tema de seus trabalhos finais a questão do gênero em seu ambiente de trabalho. Além disso, entrevistamos os professores, profissionais do sexo masculino, que trabalham nas mesmas unidades escolares com o objetivo de identificar o modo como percebem sua própria entrada/permanência nessas escolas.

Nossa pesquisa se justifica quando se considera a ênfase dada pelos PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) à necessidade de a escola se debruçar sobre temas transversais que discutam questões acerca da sexualidade, do gênero e das diferenças culturais. Os PCNs traçam diretrizes para o trabalho pedagógico do/a professor/a, que orienta, entre outras coisas, sobre a importância de uma abordagem contínua do tema da pluralidade cultural dentro das disciplinas escolares. A pluralidade cultural é uma temática de grande relevância para o ensino; pensar a esse respeito é reconhecer que vivemos em uma sociedade pautada pela diferença, cada sujeito é detentor de valores e culturas diferentes, e que deve ser considerado como riqueza para nossa sociedade.

Um debate mais abrangente em sala de aula pode vir a propiciar o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade. Conseqüentemente, haverá a valorização de cada indivíduo e a flexibilização desses papéis, tendo como critério o discernimento de comportamentos preconceituosos que podem começar desde a pequena infância.

Nossa pesquisa está, além disso, ligada aos Estudos Culturais, cujas reflexões auxiliam na compreensão das representações das identidades de gênero no espaço escolar. Valemo-nos, mais especificamente, da noção de “crise de identidade” na pós-modernidade (Hall, 1997), pois as várias transformações globais – entre elas a convergência de culturas e estilo de vida – têm afetado as características da vida contemporânea e, com isso, desestabilizado os modos de identificação, como por exemplo, o que é ser professor ou professora em um cenário tido como tipicamente feminino, no caso da educação infantil, entre outras questões.

### **Um pouco de teoria**

A chamada “crise de identidade” tem provocado abalos ao quadro de estabilidade do mundo social. Essa é uma importante questão apontada por Penna (1998 p.91-92). Segundo a

autora, “a não disposição de um quadro conceitual definido acerca da identidade social acarreta denominações várias, inclusive transpostas do senso comum”, o que não é ideal, pois pode levar a essencializações, ou seja, a tendência de as pessoas acreditarem que há essência nas coisas, como se existisse uma ligação direta ou uma estrutura subjacente que tornam as coisas o que elas em definitivo são. Generalizam-se características, criam e reforçam “certezas”, no qual quem tem sua voz legitimada atribui significados aos demais. Por isso, essas essencializações serviriam de justificativa para a hierarquização social que leva à desigualdade entre indivíduos e grupos sociais. Trabalhar com esses contornos conceituais é vagar por terreno móvel, e como diz Rajagopalan (2006, p.22), “nebulosos e imprecisos, especialmente em seu sentido ordinário, e não-genérico e não-abstrato”.

Podemos dizer que o conceito de identidade não é algo estável, passando por reelaborações ao longo do tempo. Nesse sentido, Hall (2006, p.10-13) aponta três concepções de identidade, que correspondem a diferentes momentos históricos e a distintas formas de compreensão do sujeito, a saber: *sujeito do iluminismo*, *sujeito sociológico*, *sujeito pós-moderno*.

A primeira concepção de identidade problematizada por Hall corresponde a do *sujeito do Iluminismo*. Na perspectiva iluminista, trata-se de um sujeito centrado, unificado, dotado de razão, consciência e ação. O centro essencial desse *eu* era a identidade de uma pessoa. Assim, esse sujeito se apresenta a nós, numa concepção individualista e masculina, pois o sujeito do iluminismo era descrito em sua maioria como sendo masculino.

A segunda concepção de identidade corresponde ao que Hall define como relativa ao *sujeito sociológico*. Na perspectiva sociológica, o sujeito seria uma espécie de reflexo das relações com o mundo. A identidade nesse caso não está, como sob o viés iluminista, dada como uma essência particular, mas como resultado da inserção do sujeito no mundo, efeito das relações históricas e sociais. De uma perspectiva centrada, temos agora, de certo modo, um sujeito “vazio”, que vai preencher seus sentidos, elaborar sua identidade, apenas na sociedade. Não tem mais uma essência; um eu já dado de antemão passa a ser puramente um “outro”, ou seu reflexo. O sujeito se constituía na relação com “outras pessoas importantes para ele”, ou seja, eram pessoas que representavam valores, sentidos, símbolos, as culturas dos mundos de que faziam parte.

A terceira e última concepção de identidade apresentada por Hall atrela-se à noção de *sujeito pós-moderno*. Para o autor, não há nessa nova dimensão uma identidade fixa, essencial ou permanente. Pelo modo como se organizam as relações na contemporaneidade, o sujeito perde a sua centralidade, passando a deslocar-se, refazendo-se, re-significando-se. O sujeito

assume, assim, identidades várias em diferentes momentos, que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente e permanente. Esse sujeito pós-moderno é apresentado de forma conflitante e continuamente deslocada. Estamos, portanto, diante de um conceito de identidade como resultante de uma contínua (re)construção, efeito de deslocamentos.

Entendemos, aqui, que o conceito de identidade pressupõe uma carga ideológica muito forte, e, por isso mesmo, ao se fazer uso do mesmo, deve-se agir com cautela, pois o uso não criterioso do conceito pode gerar discursos generalizantes e estereotipados, acarretando na construção de significados tendenciosos, como estes retirados do senso comum: “só quem pode trabalhar com as primeiras séries é mulher”, “menino não usa rosa”, “homem não pode cuidar de criança”.

As diferenças são construídas desde a idade mais tenra, quando se ensina a meninos/as os significados de *masculinidade* e *feminilidade*, como menino joga bola, menina brinca de boneca, é a primeira infância o início, muitas vezes, das desigualdades e preconceitos que a criança encontrará na vida adulta.

É possível afirmar de acordo com Finco e Viana (2007, p.3):

Que a educação infantil não só cuida do corpo da criança como o educa: o corpo é o primeiro lugar onde a mão adulta marca a criança, ele é o primeiro espaço onde se impõem os limites sociais e psicológicos que foram dados à sua conduta, é o emblema em que a cultura vem inscrever seus signos.

Podemos dizer, então, que a educação das crianças é direcionada através das diferenças de seus corpos. É comum ouvirmos frases do tipo: “menino não pode brincar com boneca”, “menina não pode jogar bola”. Os meninos são mais incentivados a jogos, competitividade e as meninas são estimuladas à passividade, à delicadeza.

A escola é um espaço exemplar para se pensar/observar a construção das identidades de gênero. Alguns/mas professores/as nos esclareceram que em determinados momentos se vêem na obrigação de intervir em determinadas ações de seus/suas alunos/as a fim de atender a reivindicações dos pais/mães, que temem a curiosidade/preferência dos filhos por determinadas cores, brincadeiras. Esquecem esses que a sociedade está mudando, assim como o papel do homem e da mulher. Discutir relações de identidade de gênero é, antes de tudo, pensar sobre sua própria existência na sociedade, na cultura, enfim na história. Silva (1999, p. 44) diz que os discursos “estão localizados entre, de um lado, relações de poder que definem o que eles dizem e como dizem e, de outro, efeitos de poder que eles põem em movimento”. Esse argumento, portanto, sustenta a idéia de que os grupos que detém o poder podem atribuir significados aos demais.

## 2. Análise:

Nos dias atuais, estruturam-se novas perspectivas para a condição feminina. As mulheres conquistam cada dia mais autonomia e reconhecimento dentro da sociedade, e à medida que se destacam, afirmam suas identidades e demarcam territórios que antes eram considerados exclusivamente masculinos.

Nesse percurso de afirmação da identidade feminina, temos o caso da profissão daqueles que atuam na Educação Infantil, que é vista pela sociedade como exclusiva de mulheres e por essa razão, segundo as próprias profissionais da área entrevistadas, não tão valorizada ou reconhecida. Um dos argumentos para a questão é que se houvesse mais profissionais homens atuando na área, provavelmente essa seria uma profissão mais destacada e, portanto, os profissionais em questão seriam mais bem pagas(os).

Os dados que vimos analisando sugerem haver dois movimentos no que concerne ao processo de construção das identidades das professoras investigadas: o primeiro é o movimento de busca pelo reconhecimento da identidade *feminina* e o segundo, de busca pelo reconhecimento da identidade da *profissional de educação infantil*. No entanto, elas admitem precisar da presença masculina para que a profissão possa se evidenciar de maneira positiva diante da sociedade. É possível notar, então, um conflito identitário entre as sujeitas pesquisadas, pois ao mesmo tempo em que “eu” quero ser a profissional respeitada e mulher, tenho necessidade do outro, no caso, o homem, visto como necessário para o reconhecimento da profissão.

Encontramos outro entrave para a questão dos/as profissionais de educação infantil, pois de acordo com as/os profissionais pesquisadas/os, a sociedade ainda não assiste ao processo da entrada/permanência masculina nas primeiras séries iniciais com “bons olhos”. Essa mudança de padrão, melhor dizendo, agora professores também trabalhando nas séries iniciais, vem causando uma agitação em muitos pais. A esse respeito, Carvalho (1999, p.21) cita Chodorow (1990, p.17) que diz: “A maternação das mulheres é um dos poucos elementos universais e duráveis da divisão de trabalho por sexos”. Ou seja, as mulheres *maternam*, os homens não. Assim, caberia unicamente às mulheres assumir esse espaço. Nessa mesma linha, e seguindo o discurso de nossas sujeitas de pesquisa, podemos dizer que muitas famílias, muitos pais, se filiam e argumentam contra a entrada de professores na educação infantil, pois a profissão, segundo os mesmos, se caracteriza pelo cuidar fisicamente da criança, ou seja, o corpo é o ponto infantil forte da questão.

Outro elemento, a estrutura das escolas de educação infantil municipal do interior paulista, a que tivemos acesso, comprova bem toda essa problemática: nessas escolas não existem banheiros para os professores, apenas para as professoras. Todos esses fatores contribuem para a polêmica entorno das identidades, ali “formadas”, ou que se quer “afirmar”.

A identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece natural, conforme Louro (2006, p.450) foi alvo de polêmicas e discussões parecendo a alguns que era uma completa insensatez entregar às mulheres “usualmente despreparadas, portadoras de cérebros ‘pouco desenvolvidos’ pelo seu ‘desuso’ a educação das crianças”

Nesse sentido, nos posicionamos dizendo que, práticas articuladas entre homens e mulheres podem impactar efeitos/ significados diferentes e positivos, pois ambos podem contribuir de maneira significativa para a educação, e não só de crianças. Enfrentar essa situação é fator premente para a ruptura de modelos convencionais de feminilidades e masculinidades, até a própria recusa da sociedade, ao professor que também pode cuidar/educar as crianças. E assim, se constituirá como um processo de ressignificação da própria identidade de gênero, e também ao modelo de professora, ou professor idealizado por toda sociedade.

Temos consciência de que a escola foi por muito tempo espaço só para meninos, com o passar do tempo, as meninas conquistaram o direito de serem educadas, porém uma educação diferenciada, Louro (1997, p.67) nos diz que “as escolas femininas dedicavam intensas e repetidas horas de treino das habilidades manuais de suas alunas produzindo jovens prendadas”.

Os tempos mudaram, a busca pelo reconhecimento feminino ganhou e ganha cada dia mais visibilidade, hoje, as mulheres podem escolher quais cursos, atividades, trabalhos lhes interessam, uma importante ferramenta nessa luta é a discussão entorno de gênero que tem nos possibilitado pensar e discutir sobre a desconstrução desse antagonismo - masculino/feminino - instaurado há tempos em nossa sociedade. É preciso reconhecer, dentre outras coisas, que a escola participa e sempre participou de forma ativa na construção de gêneros, e assim, preparar melhor os/as profissionais que atuam nos ambientes educacionais para que estes possam vir a se tornar mais sensíveis às necessidades e comportamentos das crianças que ali se encontram.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 117 a 160.

CARVALHO. M.P. No coração da sala de aula: Gênero e trabalho docente nas séries iniciais. São Paulo: Xamã, 1999.

HALL, S. A identidade Cultural na Pós-modernidade. Tradução: 11. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2006.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n.2, 1995, p.71-99.

LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Mulheres na sala de aula. In. PRIORE, Mary Del (org); BUSSANEZI, Carla (coord. De textos). História das mulheres no Brasil. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PENNA, M. Relatos de Migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. In: I. Signorini (Org.), *Linguagem e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1998.

RAJAGOPALAN. K. O Conceito de Identidade em Lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: I. Signorini (Org.), *Linguagem e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1998.

SILVA T. T. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.